



VII Simpósio Brasileiro de Melhoramento Animal São Carlos, SP, 10 e 11 de julho de 2008

O melhoramento animal e a qualidade do leite no Brasil

Rodrigo Sant'Anna Alvim¹ e Marcelo Costa Martins²

¹Engenheiro Agrônomo, Presidente da Comissão Nacional de Pecuária da CNA

²Engenheiro Agrônomo, Ms em Economia, Assessor Técnico da CNA

Entendendo o passado

Durante o período de tabelamento, que perpetuou-se por 46 anos, até o início dos anos noventa, a Cadeia do Leite caracterizou-se pela estagnação e ineficiência na produção e comercialização. O estabelecimento dos preços por portaria, deslocou a importância da eficiência produtiva e da qualidade, para o “poder de negociação”.

Nesse ambiente de acomodação, a pesquisa, o desenvolvimento de produtos, máquinas, equipamentos, e a utilização de novas tecnologias foi relegado a segundo plano.

No início dos anos 90, a abertura unilateral é imposta, sem qualquer negociação com o setor privado. Diferentemente de Países como Austrália e Nova Zelândia que planejaram e escalonaram a liberalização comercial, no Brasil, o processo ocorreu expondo a ineficiência dos produtos nacionais que possuíam atraso tecnológico de mais de 15 anos.

Paralelamente, a criação do Tratado de Assunção, dava início à formação de Mercosul. A integração dos mercados do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai levou a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção nos países membros.

Por causa da fragilidade originada de uma desregulamentação que, na prática significou um desregramento, chegou-se ao ponto de ocorrerem excessivas importações desleais, a preços de *dumping* e/ou subsídios. O próprio acordo do Mercosul serviu para a prática da triangulação, aproveitando a tarifa zero dos integrantes do bloco. Importava-se leite subsidiado de outros países, burlando a gravação de 30% imposta pelo Brasil, ganhando os importadores até 14%, diferença das tarifas dos dois países para compras de fora do bloco.

A falta de política para o setor culminou na concessão de prazos para pagamento das importações e financiamentos a juros externos, enquanto as taxas internas se consagravam como as mais altas do planeta.

No final de década de 90, a investigação de *dumping* feita pelo governo brasileiro contra exportadores da Nova Zelândia, União Européia, Argentina e Uruguai, concluída no final de 2000, resultou na aplicação de tarifas e estabelecimento de acordos de preços a partir de fevereiro de 2001, em relação às empresas dos países investigados.

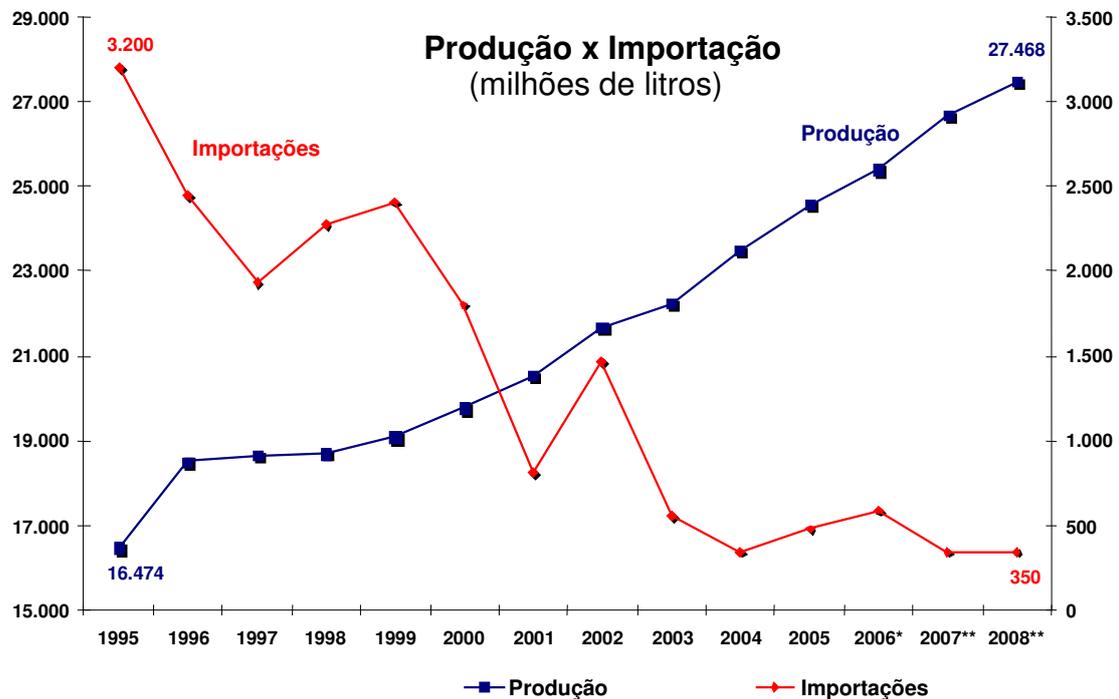


Figura 1. Produção e importações em equivalente litros de leite.

Fonte: Agrosta t/MAPA.

A aplicação do direito *antidumping* somada a inclusão do leite em pó, dos queijos e do soro de leite na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, com imposto de 27%, proporcionou um novo estímulo a produção de leite no Brasil.

O País, que disputava com México e Argélia o título de maior importador de lácteos do mundo, passou por um processo intenso de substituição das importações até que, em 2004, pela primeira vez foi superavitário na balança comercial.

Em consequência à redução das importações, houve crescimento significativo da participação de leite nacional no consumo aparente. Em 1997, os 1,3 bilhões de litros de leite em pó importados corresponderam a 10,3% do consumo. Em 2007, a participação do leite importado foi de apenas 350 milhões de litros, 1,3% do consumo.

A substituição das importações permitiu ampliar a produção nacional em 4,4% ao ano a partir de 2001. Da mesma forma, o Valor Bruto da Produção de Leite (VBP) passou de R\$ 9,3 bilhões em 2001 para y R\$ 16,0 bilhões em 2006, incremento de 72,1% no período.



VII Simpósio Brasileiro de Melhoramento Animal
São Carlos, SP, 10 e 11 de julho de 2008

S B M A 2008

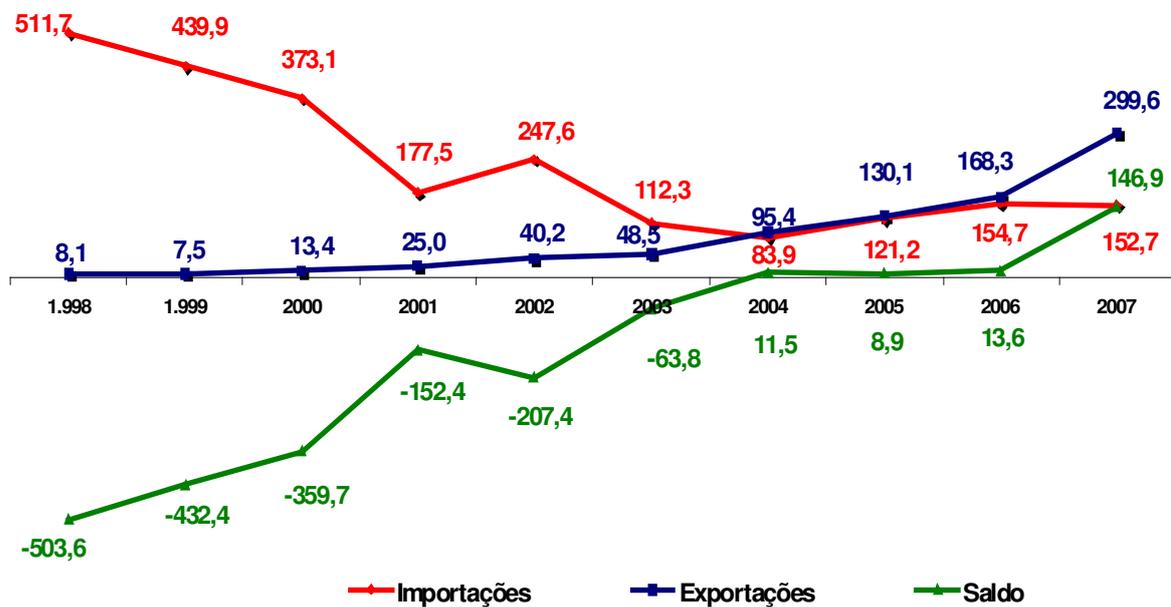


Figura 2. Balança comercial de lácteos (US\$ milhões).

Fonte: Agrostat/MAPA.

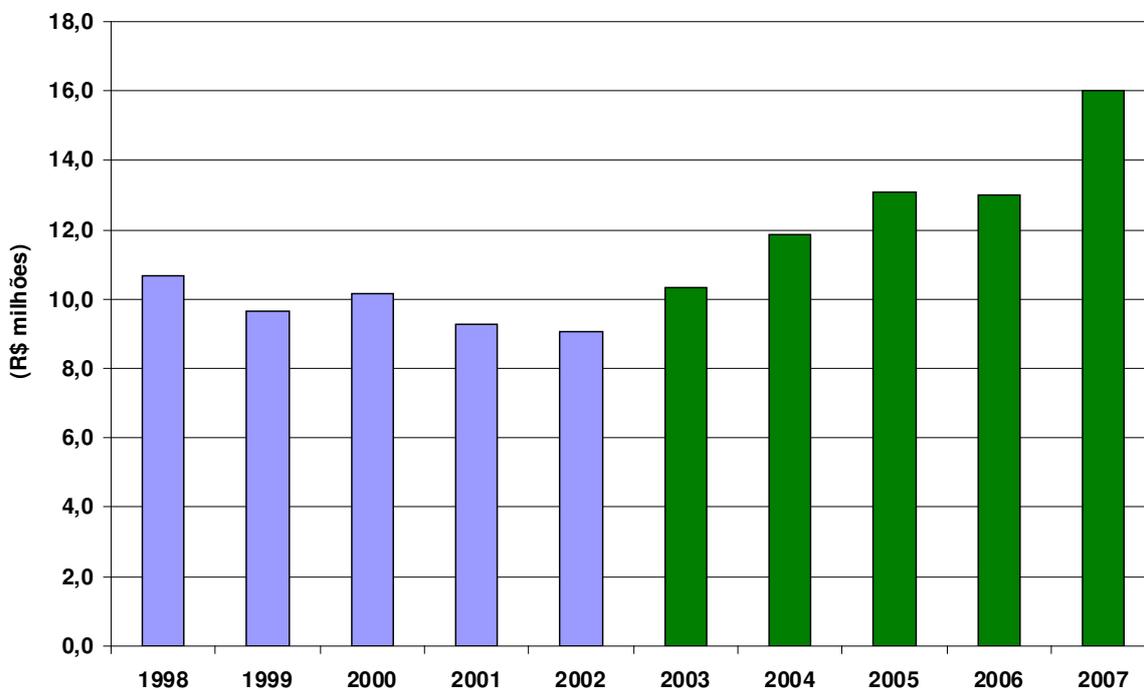


Figura 3. Valor Bruto da Produção de Leite.

Fonte: IBGE; CEPEA/ESALQ.

Situação atual do mercado de leite

A produção brasileira de leite sob inspeção aumentou 9,88% de janeiro a dezembro de 2007, segundo o Índice de Captação de Leite (ICAP-L) do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/USP), em comparação a 2006, frente a uma média de 6,6% dos últimos 10 anos. Os preços pagos aos produtores também subiram 38,8% em relação ao mesmo período. Os aumentos da oferta e do preço se justificam pelo aumento do consumo interno e a ampliação das exportações. A expansão de 7% na renda e o aumento dos postos de trabalho fez com que a demanda por produtos básicos como o leite aumentasse nas classes menos favorecidas. Estima-se que a demanda aumentou em aproximadamente 800 milhões de litros no ano de 2007.

O crescimento das exportações de lácteos bateu novo recorde no período de janeiro a dezembro de 2007, quando totalizaram US\$ 299,5 milhões. Além dos compradores tradicionais do produto brasileiro, novos importadores como a Venezuela, aumentaram a demanda principalmente pelo leite em pó e pelo leite condensado/evaporado nacionais. Para este ano, a perspectiva é de manutenção deste crescimento. De janeiro a maio, por exemplo, foram exportados US\$ 181 milhões, cujo valor é 129% maior do que o exportado no mesmo mês do ano passado.

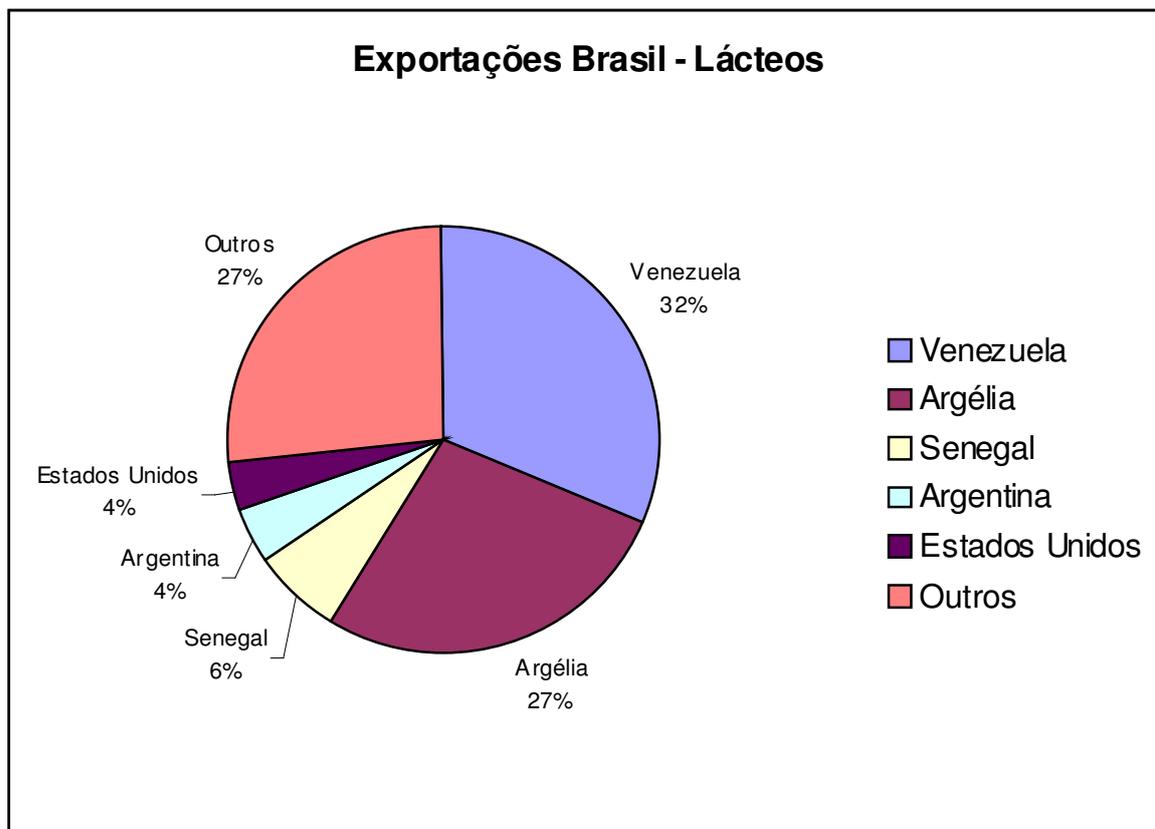


Figura 4. Principais parceiros comerciais no setor lácteo do Brasil em 2007.

Fonte: Agrostat/MAPA

O cenário internacional aponta para boas perspectivas em 2008. A demanda deverá crescer 3%, sendo mais expressiva na Ásia, com incremento de 5 a 6% com destaque para a China que terá crescimento superior a 10%.

A oferta por sua vez vêm encontrando alguns problemas principalmente de ordem climática, a seca que castiga a Oceania provocou expressivas baixas na produção deste continente. A Austrália já computou queda de 5%, ao passo que na Nova Zelândia a Fonterra, cooperativa que industrializa mais de 95% do leite neozelandês, divulgou que não poderá firmar novos contratos de comercialização nesta temporada. Em meio a esses percalços, os preços dos produtos lácteos no mercado internacional voltaram a reagir. Recentemente o leite em pó teve alta de preços. O leite em pó desnatado, que foi comercializado na Europa a US\$ 3.600 em janeiro, atingiu US\$ 4.150 na última semana de maio.

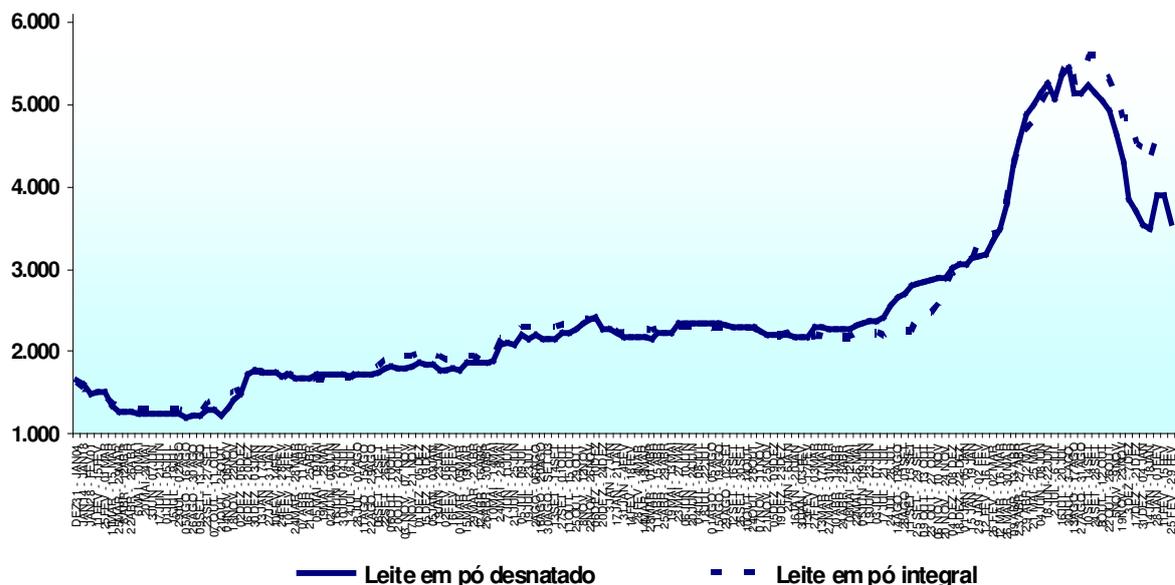


Figura 5. Cotação do preço do leite em pó integral e desnatado na União Européia em US\$ por tonelada (2002 a 2008).

Fonte: Dairy Market News Weekly Printed Reports.

As restrições ao aumento ainda maior dos preços das commodities lácteas no mercado internacional podem vir da União Européia e dos Estados Unidos. Recentemente o Comitê Agrícola do Parlamento Europeu aprovou um aumento de 2% nas cotas de produção de leite em todos os países membros. A medida, que entrou em vigor a partir de 1º de abril, tem o objetivo de suprir a crescente demanda do mercado, sobretudo o da Europa. Já os Estados Unidos deverão ampliar a produção em mais de 3% em virtude das boas perspectivas de mercado.



VII Simpósio Brasileiro de Melhoramento Animal São Carlos, SP, 10 e 11 de julho de 2008

Em relação ao mercado interno, os preços do concentrado, sal mineral e fertilizantes poderão limitar a manutenção das margens que o produtor obteve ano passado. Segundo o projeto “Campo Futuro” da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), de outubro/07 a janeiro/08, o preço do milho chegou a ser reajustado em 27% na média de Goiás, ficando mais caro em 10% no Rio Grande do Sul. Quanto ao farelo de soja, a maior alta foi de 18% no Pará e a menor, de 0,25% em Minas Gerais. Os concentrados representam 64,4% dos gastos dos produtores com a alimentação do rebanho leiteiro.

Outro fator que desequilibrou o planejamento de custos do produtor no início de 2008 foram os reajustes dos preços do sal mineral. Conforme levantamento, o sal mineral (90g de fósforo) aumentou em média 8% em Goiás, entre dezembro de 2007 e janeiro de 2008. No mesmo período, os reajustes atingiram 9% em São Paulo e 21% em Minas Gerais.

Os painéis realizados no final de 2007 mostram que a suplementação mineral representa de 4% a 15% do custo operacional efetivo das propriedades leiteiras de Goiás, entre 3 e 4% em Minas Gerais e de 2% a 6% em São Paulo. O principal responsável por esses aumentos é o fosfato bicálcico, do sal mineral. A demanda interna e externa por ácido fosfórico, fundamental para a produção do fosfato bicálcico está bastante aquecida. Além de ser usado em misturas minerais, é matéria-prima também dos fertilizantes. Entre os grandes consumidores está o próprio Brasil, a China, Índia e as gigantescas lavouras de milho norte-americanas.

Qualidade do leite produzido no Brasil

Um dos maiores desafios da Cadeia Produtiva do Leite é aumentar a demanda por produtos lácteos. Segundo estudo realizado pelo Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, em 2014, o Brasil deverá estar produzindo em torno de 32 bilhões de litros de leite, com um consumo interno de 30 bilhões de litros. Mantida essa previsão, o país terá um excedente de 2 bilhões de litros de leite que terão que ser exportados e/ou consumidos no mercado interno.

Apesar de positivo, as exportações e o consumo *per capita* tem um espaço muito grande a crescer. Para aumentar a competitividade e incrementar ainda mais a demanda por produtos lácteos, o setor tem a missão de melhorar a qualidade da matéria-prima, ponto de extrema importância para o futuro da Cadeia Produtiva do Leite no Brasil. Com a melhoria da qualidade, pode-se almejar crescimento ainda maior das exportações e a elevação do consumo no mercado interno. Para atingir esses objetivos, a estratégia é garantir ao consumidor um produto seguro, com excelentes características nutricionais e maior vida útil.

A qualidade, em todas as suas dimensões, melhora à medida que o mercado exige, reconhece e valoriza produtos e serviços que oferecem qualidade superior. Neste sentido, a pecuária leiteira no Brasil vem sendo marcada, nos últimos anos, por um intenso processo de especialização da produção.



VII Simpósio Brasileiro de Melhoramento Animal **São Carlos, SP, 10 e 11 de julho de 2008**

O pagamento diferenciado pela qualidade é um dos principais instrumentos para estimular os produtores a buscarem a especialização. Tal processo tem levado as indústrias de laticínios a introduzirem sistemas de pagamento diferenciado por volume de produção, qualidade da matéria-prima, regularidade da entrega e mais recentemente, pela quantidade de sólidos totais.

Este procedimento permite a obtenção de um maior rendimento industrial, aumentando a produtividade, a vida útil de prateleira dos produtos, reduzindo desperdícios, otimizando custos de produção e com isto, aumentando a competitividade dos produtos lácteos nacionais.

Apesar do crescimento nos últimos anos, ainda persiste como limitação às exportações, o estabelecimento de um padrão de qualidade para o leite produzido no Brasil. Isso ocorre porque na mesma proporção em que o Brasil amplia suas exportações, comprovando sua capacidade competitiva no setor lácteo, começam a surgir novas barreiras técnicas no mercado internacional, muitas delas voltadas para critérios da qualidade do leite. São exigências que, caso não atendidas, transformam-se em entraves à entrada de produtos brasileiros em terceiros mercados.

Com o objetivo de promover a melhoria da qualidade do leite e derivados, garantir a saúde da população brasileira e aumentar a competitividade dos produtos lácteos em novos mercados, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) criou o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNQL).

O PNQL tem parte do seu amparo legal na Instrução Normativa nº 51/2002 do MAPA (IN 51), que estabelece critérios para a produção, identidade e qualidade do leite. Entre as exigências do programa estão a obrigatoriedade do resfriamento do leite cru e seu transporte a granel, além do atendimento a requisitos básicos de sanidade e de estrutura física para o acondicionamento do leite nas propriedades rurais.

Importância do melhoramento animal para o aumento da competitividade da Cadeia Produtiva do Leite

A produção de leite no Brasil caracteriza-se pela baixa produtividade média das vacas em lactação, menos de 1.500 litros/vaca/ano (IBGE, 2006) e pela utilização de pastagem como base da alimentação. Segundo Aguiar (2007), cerca de 90% do leite produzido vem de sistemas a pasto, sendo mais de 85% do arraçoamento do rebanho proveniente das forragens produzidas nas pastagens.

Com base nas exigências de mercado e nas características de produção a pasto, o melhoramento genético deve priorizar o aumento do volume de produção e de sólidos no leite.



VII Simpósio Brasileiro de Melhoramento Animal São Carlos, SP, 10 e 11 de julho de 2008

Nesse sentido, um programa de melhoramento animal deve objetivar: a seleção de vacas que tenham facilidade em pastar (deve ser capaz de caminhar e pastar) para converter eficientemente o pasto em grandes quantidades de leite com alto teor de sólidos, além de permanecerem sadias e com bom desempenho reprodutivo; deve ter resistência às doenças; ter rápido fluxo de liberação do leite e; bom comportamento durante a ordenha.

Uma vaca de mérito genético superior não significa apenas que ela seja capaz de produzir altos volumes de leite, mas também ser capaz de continuar produzindo por muitas lactações. Portanto, outros atributos, tais como a estrutura do seu úbere, tetas e pés, são importantes componentes de superioridade genética.

Para promover e garantir o melhoramento genético dos rebanhos leiteiros é estritamente necessário o uso de inseminação artificial na reprodução. Entretanto, no ano de 2007, menos de 10% das vacas do rebanho brasileiro foram inseminadas (ASBIA, 2007). Em Minas Gerais, maior bacia leiteira do país, somente 13% dos produtores utilizam esta técnica (FAEMG, 2006). Em países com tradição em melhoramento genético, entre 50% e 80% das vacas do rebanho são inseminadas artificialmente.

Outra dificuldade, diz respeito ao controle leiteiro que é adotado em apenas um pequeno número de propriedades, onde normalmente os animais estão registrados em uma associação de criadores. Neste caso a associação de criadores é que coordena e conduz o controle leiteiro. Qualquer um que sair pelo Brasil para comprar vacas com controle leiteiro terá dificuldade em encontrar rebanhos com tal registro, ou quando encontrar os dados nem sempre são confiáveis ou estão sistematizados.

Referências

Associação Brasileira de Inseminação Artificial (ASBIA)

<http://www.asbia.com.br>;

Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA)

http://www.cepea.esalq.usp.br/leite/serie_precos_leite.xls;

Faemg. (2006). Diagnóstico da pecuária leiteira do Estado de Minas Gerais em 2005: relatório de pesquisa. – Belo Horizonte/MG. 156p.:il.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua>;

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – Agrostat

<http://www.agricultura.gov.br/>;

Organization for economic co-operation and development (OCDE) -

http://www.oecd.org/document/0/0,3343,en_2825_494504_39508672_1_1_1_1,00.htm;



VII Simpósio Brasileiro de Melhoramento Animal
São Carlos, SP, 10 e 11 de julho de 2008

Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) -
<<http://faostat.fao.org/site/601/default.aspx>>;

United States Department of Agriculture (USDA) -
<http://www.fas.usda.gov/dlp/circular/2007/dairy_12-2007.pdf>;

United States Department of Agriculture (USDA) -
<<http://www.ams.usda.gov/dairy/mnncs/INTER.HTM>>.
